



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PASSAGEM À OFENSIVA

Conquistar ao fascismo o direito de manifestação, fazer das comemorações do 5 de Outubro uma jornada popular de luta pelas liberdades democráticas, obrigar o governo de Marcelo Caetano a recuar ou a desmascarar-se: — tais foram as palavras de ordem do Partido Comunista Português para o aniversário da implantação da República.

O 5 de Outubro foi comemorado por todo o país com um vigor e uma amplitude que há muito não se verificavam, mostrando que há possibilidades de desencadear fortes movimentos de massas e que novas condições se abrem ao movimento anti-fascista, se houver unidade, audácia e iniciativa política.

No dia 5 de Outubro, as massas populares e largos sectores anti-fascistas não mantiveram aquela atitude de «benévola expectativa» que o governo de Marcelo queria impôr. Isso foi já uma vitória, porque o fascismo foi obrigado a recuar nuns aspectos e a desmascarar-se noutros, lançando a polícia sobre grupos de manifestantes e fazendo várias prisões.

As comemorações do 5 de Outubro mostraram, pois, possibilidades e abriram condições, que devem ser aproveitadas pelo movimento anti-fascista, para a passagem à ofensiva política, com decisão e audácia.

Em LISBOA, vários milhares de pessoas concentraram-se no cemitério do Alto de S. João, e em cortejo precedido pelos portadores de bandeiras nacionais, percorreram os túmulos dos revolucionários republicanos, enchendo-os de flores. Fizera-se minutos de silêncio em memória dos que tomaram pela República, e foi cantado em coro o Hino Nacional. Os manifestantes lançaram então gritos, exigindo «Amnistia para os presos políticos».

À saída do cemitério, quando os manifestantes começavam a formar um cortejo, a polícia que enchia o largo avançou, e começou a espancar brutalmente. Os manifestantes gritavam «Morra

(continua na 2.ª pág.)

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL comunicado

O Comité Central do Partido Comunista Português, reunido em Setembro de 1968, analisou e debateu a situação política, as lutas populares e particularmente as lutas reivindicativas da classe operária em 1968, problemas de organização, de defesa e de quadros, a situação no movimento comunista internacional e os acontecimentos na Checoslováquia.

No prosseguimento da análise feita na sua «Proclamação» de 22 de Setembro, o Comité Central definiu o significado da formação do novo governo fascista presidido por Marcelo Caetano e as tarefas imediatas na nova situação, num documento intitulado «O Partido Comunista Português e o momento político actual».

Aprovou também «Conclusões sobre as prisões de 1967» e «Conclusões sobre as lutas operárias de 1968», a serem publicadas no «Militante» e uma «Declaração sobre a situação na Checoslováquia», a ser publicada em separata.

Considerando a necessidade de reforçar o trabalho político de Direcção, o Comité Central resolveu constituir a Comissão Política do Comité Central.

Tendo prestado homenagem no início dos seus trabalhos à memória do camarada Manuel Rodrigues da Silva, o Comité Central, elegeu para a vaga deixada pela sua morte no Secretariado do Comité Central, o camarada José Vitoriano.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E O MOMENTO POLÍTICO ACTUAL

1. O governo de Marcelo Caetano, que acaba de ser constituído, tal como antes o governo de Salazar, é o governo da ditadura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários. O que desde já o distingue é continuar o salazarismo a coberto duma demagogia «liberalizante».

2. O desaparecimento de Salazar da cena política dá-se num momento em que o regime fascista se encontra fortemente abalado pela sua cada vez mais reduzida base social, pelo amplo descontentamento popular, pela crise em que se debate a economia, pela situação sem saída da guerra colonial e pelo crescente isolamento internacional.

Desaparecido o seu chefe incontestado, a camarilha fascista procura manobrar com o fim de alargar as suas bases de apoio, semear ilusões de que ela própria pode imprimir um novo rumo à política nacional, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição, isolar o Partido Comunista e outras forças de esquerda, refrear o descontentamento, fomentar a inércia e a expectativa das massas, impedir a súbita agudização da luta de classes, alargar os seus apoios internacionais.

Tais os objectivos da formação do novo governo e da demagogia «liberalizante» que transparece no discurso de Marcelo Caetano.

3. A formação do novo governo no seio de perigosas ilusões que podem conduzir alguns sectores da Oposição ao colaboracionismo e à capitulação.

Constatando tais ilusões, o C.C. do PCP insiste em que um novo curso da política nacional exigirá antes de mais que cesse a repressão por motivos políticos e que seja reconhecido o direito

de intervir na vida política a todos os portugueses quaisquer que sejam as suas opiniões. Só a satisfação dessas reivindicações poderia ser considerado um critério válido duma política de democratização.

O CC do PCP insiste em que o fim do fascismo não pode resultar da acção daqueles mesmos (continua na 2.ª pág.)

só a luta popular porá fim à ditadura

Salazar desaparece finalmente da cena política. Numa lenta agonia que deu tempo aos fascistas para estabelecerem um plano de acção e impedir a explosão da revolta popular, o ditador odiado vive ainda. Politicamente morreu. Agravam-se súbitamente as contradições do regime. Abrem-se novas possibilidades ao movimento democrático. Mas como sublinhou a «Proclamação do Partido Comunista Português» de 22 de Setembro, o desaparecimento de Salazar não significa só por si o fim do fascismo. «Os fascistas não entregarão o poder de livre vontade. Só o povo português, só as massas populares, só a acção uni-

da e organizada dos democratas portugueses, só o desencadeamento de um grande e poderoso movimento nacional pela liberdade poderá desalojar os fascistas do governo e instaurar em Portugal um regime democrático. Só o povo português, pela sua luta decidida, corajosa, insistente, incansável e confiante pode entrar a ditadura com o ditador».

As dificuldades do regime forçam o governo Marcelo Caetano a uma demagogia liberalizante e, num futuro mais ou menos próximo, forçá-lo-ão a rectificar alguns aspectos da política salazarista. Os democratas portugueses têm como tarefa imediata apro-

veitar audaciosamente a nova situação para reforçar a sua unidade e a sua organização, para desenvolverem a acção política, para mobilizarem as massas para a luta. Não haja porém ilusões. O aparelho repressivo fascista mantém-se intacto e activo, a banda de criminosos da PIDE continua toda-poderosa e o governo Marcelo Caetano, como os governos de Salazar, continua decidido a utilizar a força e o terror contra as forças da Oposição e em primeiro lugar contra o mais forte, mais influente e mais revolucionário partido anti-fascista: o Partido Comunista Português. Com Mar-

(continua na 2.ª pág.)

SÓ A LUTA POPULAR

(continuação da 1.ª pág.)
celo Gaetano, como com Salazar, comunistas continuam a ser presos e bárbaramente torturados na PIDE. Deve mesmo prever-se, na actual situação, um grande esforço do aparelho repressivo para atingir e tentar decapitar a Oposição Democrática e, antes de mais, o Partido Comunista.

Tanto para a defesa do movimento democrático como para o desenvolvimento da luta popular é decisiva a unidade, o rápido esforço orgânico, a multiplicação dos quadros de activistas, a conquista de posições que permitam estreitar a ligação com as massas, o desencadeamento em todas as frentes de luta com objectivos concretos e imediatos.

A ditadura fascista não cairá por si. Os fascistas utilizarão todos os recursos e formas para se manterem no poder. Utilizarão a demagogia e utilizarão a força e o terror. A agravação da crise do regime provocada com o desaparecimento de Salazar cria novas possibilidades e abre novas perspectivas à luta anti-fascista. A situação só será porém devidamente aproveitada se as forças democráticas partirem do convencimento profundo de que as esperam duras e difíceis batalhas e de que só a luta popular poderá pôr fim à ditadura.

Rádio Portugal Livre

Transmite todos os dias das 8 às 8,30 em 19 metros; das 19 às 21 horas em 25 metros. A última emissão é transmitida das 0,20 às 0,50 em 26, 32 e 36 metros.

Aos domingos uma emissão especial dedicada aos camponeses vai para o ar das 13 às 13,30 em 19, 20, 25 e 26 metros.

O P.C.P. E O MOMENTO POLÍTICO ACTUAL

(continuação da 1.ª pág.)

que o querem salvar. Insiste em que só o povo português, só a unidade e a organização dos democratas, só a luta das massas populares, podem conduzir finalmente ao derrubamento da ditadura fascista e à instauração dum regime democrático em Portugal.

4. O CC adverte também contra os perigos do sectarismo. Para uma justa apreciação da situação actual, nem se deve perder de vista a natureza de classe do novo governo, nem se devem perder de vista as dificuldades actuais do regime que abrem novas perspectivas ao movimento democrático nacional.

O CC do PCP considera ser tarefa de todos os democratas desmascarar o carácter antipopular, antidemocrático, antinacional da camarilha governante e a sua obstinação em prosseguir a política de repressão e de guerra colonial. Ao mesmo tempo insiste na necessidade de aproveitar audaciosamente a nova situação para quebrar o immobilismo político e exigir o cumprimento de quaisquer promessas demagógicas do governo, conquistar posições, imprimir um novo curso à vida política, impulsionar a acção política e a luta popular de massas.

5. O CC do PCP reafirma os oito grandes objectivos da revolução democrática e nacional: a destruição do Estado fascista e a instauração dum regime democrático; a liquidação do poder dos monopólios; a reforma agrária; a elevação do nível de vida das classes trabalhadoras; a democratização da instrução e

da cultura; a libertação de Portugal do imperialismo; o reconhecimento aos povos das colónias portuguesas do direito à imediata independência; uma política de paz e amizade com todos os povos.

O CC do PCP reafirma o objectivo político fundamental da actual etapa: a subida ao poder dum Governo Provisório, cuja tarefa central será instaurar as liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

Ao mesmo tempo, insiste em que no momento presente é de extrema importância para o desenvolvimento do movimento democrático, reforçar a unidade e a organização e desencadear sob as formas mais diversas amplas lutas com objectivos concretos imediatos.

6. O CC do P.C.P. considera como direcções fundamentais da acção antifascista no momento presente:

- 1.ª A luta contra a repressão, exigindo a libertação imediata dos presos políticos, a Amnistia, o termo das torturas e maus tratos, a abolição das medidas de segurança, a dissolução da PIDE.
- 2.ª A luta pelo direito de expressão do pensamento, exigindo a abolição da censura, promovendo reuniões e conferências, utilizando os mais variados meios de esclarecimento e informação.
- 3.ª A luta pelo direito de organização, exigindo o reconhecimento da legalidade

de de organizações democráticas que se criem, a realização de eleições nos sindicatos Nacionais e nas associações de estudantes geridas por Comissões Administrativas, a reabertura de colectividades e associações dissolvidas por arbitrio do poder.

4.ª A luta pela satisfação das reivindicações económicas e sociais da classe operária e das massas laboriosas, exigindo aumento de salários e vencimentos, a revisão de contratos colectivos, a baixa do custo de vida, a redução dos impostos e outras reivindicações.

5.ª A luta pelo fim imediato à guerra colonial, exigindo o estabelecimento de contactos e a abertura de negociações, o regresso dos soldados, a revogação da nova lei do serviço militar.

Mantendo-se clara a ampla perspectiva do movimento anti-fascista, a concentração de energias e esforços na luta por objectivos concretos imediatos é, no momento actual, uma tarefa decisiva.

Se as forças democráticas reforçarem a sua unidade, tiverem confiança no povo, mobilizarem as massas com objectivos concretos, tomarem audaciosamente a ofensiva, poderão num curto prazo arrancar ao governo importantes concessões e ganhar ou recuperar posições de mais alta importância para defender o movimento democrático da repressão fascista e alargar a luta popular contra a ditadura e pela liberdade.

O Comité Central
do Partido Comunista Português

O 5 DE OUTUBRO

(continuação da 1.ª pág.)

o fascismo — Viva a democracia!», «Abaixo a PIDE. Liberdade!». Ao mesmo tempo, desenrolavam grandes cartazes com palavras de ordem anti-fascistas. Mais tarde, centenas de pessoas voltaram a concentrar-se junto ao monumento a António José de Almeida. Várias centenas de pessoas e muitas crianças, reuniram-se no cemitério do Lumiar onde prestaram homenagem à grande militante comunista Maria Machado.

No PORTO, onde o dia 5 de Outubro tinha sido precedido de larga agitação apelando às comemorações, houve uma romagem de centenas de pessoas ao cemitério do Prado do Repouso, onde foram feitos discursos e guardados minutos de silêncio.

Romagens, jantares e outros actos e reuniões, celebraram-se em Braga, Viana do Castelo, Leiria, Viseu, Alenquer, Mafra, Aveiro, Santarém, Guarda e noutras cidades.

Por todo o país houve largas distribuições de manifestos e targetas, grandes inscrições nos muros e nas estradas, como por exemplo na margem sul, Cova da Piedade, Almada, e em Santarém,

Grândola, Olhão e Portimão.

Celebrando com este dia realizaram-se outras importantes iniciativas de sectores democráticos, em que estes tomam posição em relação ao momento político actual.

Mais de 100 democratas do Norte dirigiram no mês de Setembro uma mensagem ao Presidente da República considerando a gravidade da situação nacional e exigindo uma consulta eleitoral com garantias de liberdade.

No jantar de 5 de Outubro realizado em Braga foi redigido um abaixo-assinado ao Marcelo Caetano, referindo a situação dos presos políticos e pedindo uma amnistia política de carácter geral, o regresso de todos os exilados e, nomeadamente, de todos os professores e investigadores científicos.

Na cidade do PORTO corre um abaixo-assinado pedindo liberdade de associação, especialmente as liberdades sindicais.

Os estudantes de Porto, no seu jantar do 5 de Outubro, elaboraram um documento reclamando as liberdades democráticas (de expressão, de reunião, de associação, etc.) e a consequente abolição dos instrumentos criados para se lhe oporem: — censura, polícia política, tribunais de excepção e outros órgãos repressivos.

Nos primeiros dias de Outubro, foi entregue ao Presidente do Conselho um abaixo-assinado com 473 assinaturas das famílias dos presos políticos, pedindo uma amnistia total.

Os democratas de Aveiro dirigiram ao presidente do Conselho um documento com várias dezenas de assinaturas em que pedem liberdade de expressão do pensamento e de reunião e a libertação dos presos políticos.

Saudação

DO C.C. DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
AOS COMUNISTAS PRESOS

Queridos camaradas:

Reunido em Setembro de 1968, o Comité Central do Partido Comunista Português lembra-vos com carinho e saúda-vos calorosamente. Enfrentando o inimigo nas duras condições dos cárceres fascistas, a vossa dedicação, dignidade e valentia revolucionária e a vossa confiança inquebrantável nos nossos ideais, no nosso Partido e na classe operária, é um justo motivo de orgulho para todos os comunistas portugueses e um alto exemplo para o nosso Povo. Indicando como direcções fundamentais do movimento popular de massas, nas novas perspectivas abertas pelo desaparecimento político de Salazar, a luta contra a repressão, a luta pela liberdade de expressão de pensamento, a luta pelo direito de organização, a luta pela satisfação das reivindicações económicas e sociais da classe operária e das massas laboriosas, e a luta pelo fim imediato da guerra colonial — asseguramo-vos, queridos camaradas, que tudo faremos para desenvolver com decisão um poderoso movimento popular em vossa defesa, pela libertação de todos os presos políticos, pela abolição das medidas de segurança, pela Amnistia.

Fraternais saudações comunistas

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Setembro de 1968

51.º aniversário DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

COMUNISTAS TORTURADOS PELA PIDE a vida de Canais Rocha ameaçada

O destacado militante comunista Francisco Canais Rocha, preso em fins de Agosto, começou a ser brutalmente agredido pelos bandidos da PIDE logo no momento do assalto a sua casa. Tanto ele como sua mulher, a camarada Rosalina Pólvora Labareda, foram mantidos totalmente isolados durante 20 dias, sofrendo violentas torturas.

Canais Rocha ficou com a saúde tão abalada que necessita de ser operado no estômago e parece que arruinado dos pulmões para toda a vida.

As torturas não os vergaram, ambos recusaram firmemente responder às perguntas da PIDE. Na mesma altura foram presos

numa tipografia clandestina do Partido Comunista Português os camaradas José Lobato Pulquério e sua mulher Ursula Tagaroso, naturais de Vale de Vargo. Ainda nada se sabe acerca deles, embora calculemos que têm sido igualmente torturados, mantendo um porte digno.

Maria da Conceição Matos, que não há muito saiu em liberdade depois de mais de 2 anos de cárcere, voltou a ser presa. Como da primeira vez, está enfrentando valentemente os interrogatórios dos torturadores da PIDE.

Exijamos que cessem imediatamente as torturas a estes valentes militantes comunistas!

BASTA DE CRIMES E TERROR

O estudante Daniel Teixeira morreu nas mãos da PIDE!

Os militantes comunistas Francisco Canais Rocha, Rosalina Labareda, José Lobato Pulquério, Ursula Tagaroso e Maria da Conceição Matos, presa mais recentemente, continuam a ser torturados na prisão de Caxias.

O Tribunal Plenário do Porto condenou seis jovens a penas que totalizam mais de onze anos de prisão e medidas de segurança.

Este é o balanço da repressão no primeiro mês de governo «liberal» de Marcelo Caetano, sem falar nas prisões e na repressão por ocasião do 5 de Outubro.

Vítima de um crime directo, ou de criminoso incúria por falta de tratamento, o jovem Daniel Teixeira morreu quando se encontrava em período de interrogatório.

rios, o que equivale a dizer de torturas, sob a alçada dos carrascos da PIDE. Considera o governo de Marcelo que as «informações» dadas em nota oficiosa pela PIDE e depois pelo Ministério do Interior, bastarão para ilibar esse bando de assassinos de mais este crime? Cada novo crime impune dá rédea solta à PIDE para continuar na senda de assassinatos e violências.

Exijamos um inquérito aos crimes e métodos de tortura da PIDE e medidas urgentes em defesa dos presos.

Demos a nossa adesão ao recente abaixo-assinado das famílias dos presos políticos.

Reforcemos a luta contra a repressão e o movimento pela Amnistia aos presos políticos!

O povo soviético prepara-se para festejar mais um aniversário da Revolução Socialista de Outubro, e com ele todos os comunistas, os trabalhadores e as pessoas progressistas do Mundo inteiro.

Na data deste aniversário, o Partido Comunista Português e os trabalhadores de Portugal associam-se à alegria do povo soviético e saudam o seu glorioso Partido. As nossas saudações pelo aniversário do 7 de Novembro, juntam-se as calorosas felicitações pelos êxitos conseguidos pelos cientistas, cosmonautas e pelo povo soviético na conquista do espaço.

Os novos passos nos conhecimentos científicos conseguidos pela Zona — 5 e o recente feito do general Beregovoi, 2 vezes herói da URSS, são mais uma brilhante demonstração do avanço da ciência e da técnica na União Soviética, e da coragem e disciplina dos filhos desse grande povo.

As comemorações do 7 de Novembro são estreitamente associadas ao nome de Lênine, o grande obreiro da Revolução, cujo centenário do nascimento o povo soviético festejará em breve.

Recordando a acção e os ensinamentos do criador do partido bolchevique lembramos as suas palavras à Internacional Comunista, quando ele acentuava que o alcance internacional da Revolução Socialista de Outubro não se limita ao estímulo revolucionário que a histórica conquista do socialismo exerceu sobre todo o mundo, nem se restringe à expe-

riência da insurreição popular vitoriosa do 7 de Novembro. Pondo em relevo o alcance internacional da Revolução de Outubro, Lênine acentuava em primeiro lugar que a ditadura do proletariado era o mais válido ensinamento do poder dos Sovietes a todo o movimento revolucionário mundial, ensinamento que os operários de vanguarda de todos os países souberam compreender com o seu instinto de classe revolucionária.

«Repito-o (dizia Lênine), a experiência da ditadura proletária vitoriosa na Rússia, mostrou claramente àqueles que não sabem pensar, ou que não tiveram ocasião de meditar neste problema, que uma centralização absoluta e a mais rigorosa disciplina do proletariado são uma das condições essenciais para poder vencer a burguesia».

«Aquele que enfraquece a disciplina de ferro no partido do proletariado (sobretudo durante a sua ditadura), ajuda na realidade a burguesia contra o proletariado». (Lênine em «A doença Infantil»).

Hoje, quando tantas controvérsias se levantam no movimento comunista internacional, e sobre este problema nomeadamente, as palavras de Lênine são agudamente actuais.

O seu partido, o glorioso Partido Comunista da União Soviética, arvorando a bandeira do Internacionalismo Proletário, continua na vanguarda da defesa da maior conquista do proletariado mundial — o Socialismo — onde quer que o ameacem.

CHECOSLOVÁQUIA

(continuação da 4.ª página)

7. A intervenção militar de cinco países socialistas na Checoslováquia levanta sem dúvida problemas novos ao movimento comunista. Impõe a reelaboração, ou pelo menos uma clarificação, dos termos das relações entre os países socialistas e entre os partidos irmãos. No imediato acentua divergências. O imperialismo e a reacção procuram aproveitar largamente os acontecimentos para fomentar a divisão no campo socialista e no movimento comunista e criar dificuldades aos partidos comunistas. A perda da Checoslováquia socialista teria entretanto consequências incomparavelmente mais graves.

«Alguns daqueles que condenam a intervenção (diz a Declaração) não deixariam talvez de censurar que ela não tivesse tido lugar, se a situação se degradasse completamente ante a passividade da URSS e de outros países socialistas».

8. «Confiamos (diz a Declaração) em que aqueles comunistas e trabalhadores da Checoslováquia, que hoje adoptam uma posição condenatória em relação à intervenção dos cinco países socialistas, acabarão por compreender que se tratou duma acção decisiva dos seus melhores amigos e aliados para a defesa das conquistas do socialismo, da liberdade do povo trabalhador, da acção dirigente e determinante do Partido da classe operária, da independência nacional da Checoslováquia.

Confiamos em que os comunistas, a classe operária e o povo da Checoslováquia farão decididamente frente às forças contra-revolucionárias, saberão defender as conquistas do socialismo, saberão reforçar os laços de amizade e cooperação com a União Soviética e outros países socialistas, na defesa do regime socialista e da independência nacional, contra os únicos e verdadeiros inimigos — as forças reacccionárias do interior e o imperialismo.

9. A declaração sublinha e segue que: «A evolução da situação na Checoslováquia e numerosas

apreciações sobre ela mostram que no movimento comunista a incidência na luta contra o esquerdismo levou a abrandar a vigilância em relação aos perigos do oportunismo de direita e do revisionismo.»

«O PC Português defende, como normas basilares das relações entre partidos irmãos, o princípio da independência, igualdade e soberania dos partidos e da não ingerência de uns nas questões internas de outros. Sublinha ao mesmo tempo que se não pode aceitar que a independência dos partidos possa ser utilizada contra as conquistas do socialismo, contra a unidade do campo socialista e do movimento comunista. A soberania dos partidos marxistas-leninistas não pode ser entendida como o direito de considerarem os interesses próprios como alheios aos interesses comuns do movimento comunista e esquecerem os seus deveres internacionalistas».

10. A finalizar, diz a declaração: «Tal a posição do Partido Comunista Português, tomada com profundo convencimento e sentido de responsabilidade — que não exclui a permanente prontidão para reexaminar problemas, confrontar opiniões, corrigir ideias e aprender com a vida».

«O facto de que existem entre os partidos comunistas grandes divergências na apreciação dos acontecimentos da Checoslováquia tornará inevitável, em momento adequado, um confronto de pontos de vista. Essas divergências podem e devem ser superadas, não se deixando que cristalizem opiniões irredutíveis, antes procurando em conjunto aclarar juízos e chegar a conclusões comuns. Confiamos pela nossa parte em que essa tarefa será realizada com êxito, apesar das dificuldades actuais».

«Pelo trabalho criador da classe operária e do povo da Checoslováquia, pela ajuda da União Soviética e outros países socialistas, pelo apoio dos comunistas de todo o mundo, — a República Socialista da Checoslováquia, dirigida pelo seu Partido Comunista, prosseguirá o seu caminho luminoso para o comunismo».

DECLARAÇÃO

do Partido Comunista Português SOBRE A SITUAÇÃO NA CHECOSLOVÁQUIA

Na sua reunião de Setembro, o Comité Central aprovou uma «Declaração do Partido Comunista Português sobre a situação na Checoslováquia», que foi publicada em separata e emitida integralmente pela Rádio Portugal Livre. Dada a sua grande extensão, o «Avante» limita-se a apresentar aos seus leitores um resumo e algumas passagens desse importante documento, que expõe detalhadamente a apreciação e a posição do nosso Partido.

1. A Declaração começa por sublinhar os grandes êxitos na construção do socialismo alcançados durante 20 anos pelo Partido Comunista e os trabalhadores da Checoslováquia, em cooperação estreita com a URSS e outros países socialistas. «Só o inimigo de classe pode estar interessado em esquecer, ignorar ou denegrir esses êxitos históricos e em apresentar um balanço negativo de vinte anos de regime socialista na Checoslováquia».

Referindo depois os erros graves que entretanto foram cometidos nesse período, a Declaração sublinha que os comunistas portugueses «consideraram de forma positiva resoluções tomadas pelo PC da Checoslováquia em 1967 e no pleno do CC realizado em Janeiro de 1968 para corrigir tais erros, democratizar a vida do Partido e do Estado e fazer frente aos problemas de ordem económica, política e ideológica que entravavam o desenvolvimento da sociedade socialista».

«Infelizmente, (prosegue a Declaração) na correcção dos erros cometidos, foram manifestamente menosprezadas as forças reaccionárias no interior e a actividade de sapa do imperialismo. Uma «democratização» compreendida fora dum espírito de classe, abriu amplamente as portas à activação das forças anti-socialistas e contra-revolucionárias assim como às ingerências do imperialismo».

«Num momento de crise do Partido, em que a correcção dos erros graves exigia o reforço do papel dirigente da classe operária, a iniciativa política determinante do Partido Comunista, a acção ideológica, a mobilização das massas para a realização das urgentes tarefas da construção do socialismo e na luta contra os elementos anti-socialistas e contra-revolucionários, que inevitavelmente procurariam aproveitar a conjuntura, a política seguida e a sua aplicação prática abriram fundas brechas nas linhas de defesa do Estado Socialista».

2. A Declaração expõe depois largamente os principais aspectos da deterioração da situação política na Checoslováquia: a posição defensiva do Partido ante o recrudescimento da acção dos elementos anti-socialistas; a passagem da iniciativa política para as mãos de intelectuais e sectores influenciados pela ideologia burguesa; o abandono dos meios de propaganda de massas a elementos anti-socialistas e direitistas que os utilizaram largamente para desacreditar o Partido, contestarem a legitimidade da sua direcção e da direcção da classe operária na sociedade socialista, insultarem sentimentos nacionalistas e anti-soviéticos; a permissão da actividade de grupos contra-revolucionários; as campanhas contra a cooperação e a unidade no domínio militar, diplomático, económico e político com a URSS e outros países socialistas.

«O Partido (afirma a Declaração) perdia de forma crescente o controlo dos acontecimentos e encrava medidas que viriam a accentuar o desenvolvimento dum processo de enfraquecimento das forças socialistas e a entrega sucessiva de novas posições aos elementos reaccionários».

«O prosseguimento da política que estava a ser seguida punha em sério risco as conquistas socialistas na Checoslováquia, abria caminho à contra-revolução, ameaçava separar a Checoslováquia da comunidade socialista. Numa região de interesse estratégico vital, avolumava-se assim também uma séria ameaça para a defesa do campo socialista, a possibilidade duma alteração desfavorável da correlação de forças na Europa e os consequentes perigos para a paz mundial».

3. A declaração sublinha que, tanto antes como depois dos acordos de Bratislava de 3 de Agosto, não foram tomadas medidas de ordem prática correspondentes aos perigos que se avolumavam. A situação continuava a deteriorar-se. Foram consentidas aos inimigos do socialismo novas iniciativas dirigidas contra o regime socialista e contra a cooperação, a unidade e a

aliança com os outros países socialistas. Após a intervenção militar dos cinco países socialistas novos e positivos acordos foram concluídos em 26 de Agosto. Entretanto esses acordos não resolveram tudo e a crise não foi totalmente vencida.

«Persistem ainda factores inquietantes (diz a Declaração), o principal dos quais, a nosso ver, é o não reconhecimento aberto, corajoso e autocrítico dos perigos internos que comportava o curso político anterior e a não adopção correspondente de medidas à altura da gravidade da situação. Temos por certo que tal atitude, a persistir, não poderá deixar de tornar mais lenta a consolidação do regime socialista na Checoslováquia baseada nas suas forças internas».

4. A Declaração sublinha a seguir que o apoio e estímulo que alguns partidos irmãos deram a um processo que implicava tão graves perigos de ordem interna e internacional «longe de ajudarem o PC da Checoslováquia, mais empurraram os elementos direitistas para actividades aventureiristas, reforçando assim as esperanças das forças contra-revolucionárias».

«A insistência numa tal apreciação e posição já depois da intervenção dos cinco países socialistas e dos acordos de Moscovo, não ajuda o PC da Checoslováquia à adopção da política mais em correspondência com a real situação existente e é mesmo susceptível de atrasar o ritmo da normalização, que tem de significar necessariamente a derrota efectiva, e não apenas o recuo táctico, das forças anti-socialistas e contra-revolucionárias na Checoslováquia».

5. Depois de desmascarar as profundas razões dos apoios e elogios do imperialismo e da reacção internacional às posições e actividade da nova direcção do PC da Checoslováquia — as esperanças de separar a Checoslováquia do campo socialista e de restaurar o capitalismo na Checoslováquia, — e a intensa campanha de desinformação conduzida em Portugal por todos os meios de propaganda, a Declaração cita a posição assumida pelo PCP imediatamente após a intervenção e a compreensão manifestada pela classe operária portuguesa. «O CC do PCP verifica com satisfação essa prova de consciência política, espírito de classe e instinto revolucionário dos membros do Partido e da classe operária do nosso país».

6. A declaração aborda a seguir várias importantes questões de princípio.

«A existência do campo socialista, travando uma luta de vida ou de morte contra o imperialismo, impõe deveres novos de cooperação, ajuda recíproca e solidariedade aos seus componentes».

«O perigo real da contra-revolução e da restauração do capitalismo num país socialista pode não só justificar como impôr, por muito trágica e dolorosa que seja, a intervenção dos outros países socialistas em defesa das conquistas do socialismo nesse país e dos interesses, da segurança, da defesa da comunidade socialista. Além dos deveres de solidariedade existentes no movimento comunista internacional no seu conjunto, têm de considerar-se deveres específicos e recíprocos dos partidos comunistas que estão no poder, ou seja a solidariedade activa entre os países socialistas como base do prosseguimento dos seus êxitos e garantia da sua defesa».

«No movimento comunista internacional discute-se a deterioração da situação na Checoslováquia tinha chegado a um ponto em que já não era possível uma solução política em que a Direcção do PC da Checoslováquia, ajudada pelos partidos irmãos, tomasse medidas que dispensassem a intervenção de outros países socialistas».

«Poderão discutir-se alguns aspectos parcelares da política que antecedeu e acompanhou a intervenção».

«Poderão discutir-se, e seria desejável que se discutissem ulteriormente, as causas mais profundas que estão na origem da deterioração da situação política na Checoslováquia».

«Mas o PC Português entende que os marxistas-leninistas não podem contestar em princípio a legitimidade revolucionária de uma intervenção de países socialistas noutros países socialistas a fim de defenderem as conquistas do socialismo, impedirem a contra-revolução, assegurando ao mesmo tempo a defesa do campo socialista no seu conjunto».